



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA  
CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL  
DE  
PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12/03/2018**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 06**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

**Presidente:**

<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereadores:</b>		



## **MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL**

### **REUNIÃO DE 12/03/2018**

#### **ATA Nº 6**

----- Aos doze dias do mês de março do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Alves Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Senhor Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, por se encontrar em representação do Município, no âmbito da CIM – Região de Coimbra, na Galiza.--

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 26 de fevereiro de 2018 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

#### **I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

##### **1.1 - IINFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

----- O Senhor Vice-Presidente informou o restante Executivo, que o filme promocional do Concelho de Pampilhosa da Serra "The Guardian of Nature" foi premiado com o 2º lugar (Urso de Prata) na categoria "Ecoturismo" na ITM Berlim, a maior feira de turismo da Europa, o que muito nos honra. -----

#### **II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

##### **2.1 - CÂMARA MUNICIPAL**

##### **2.1.1 - Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra- unidade orgânica 1- Citação por carta registada com AR – artº 81º do CPTA.**

----- Foi presente citação e cópia da petição inicial, remetida ao Município de Pampilhosa da Serra (Proc. 110/18.8 BECBR) de cujo conteúdo integral a Câmara Municipal tomou conhecimento. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim, tendo em conta que um dos elementos que integra a sociedade Pedro Pereira Alves, Pedro Jorge Alves e Helena Mateus – Sociedade de Advogados, R.L., com a qual o Município tem um contrato de prestação de serviços, de prestação de serviços de consultadoria jurídica e advocacia, que abrange o patrocínio Judiciário em todos os processos, participou no processo e no Acordo a que se reporta a presente ação, na qualidade de advogado da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e da Câmara Municipal de Góis não pode, por isso, intervir na presente ação por questões deontológicas e de incompatibilidade; -----

----- Atendendo ao supra exposto e à especificidade da matéria subjacente ao processo em causa, considerando a sólida e vasta experiência em litigância, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, desenvolver os procedimentos necessários junto da PLMJ – Advogados, SP, RL, para patrocinar o Município de Pampilhosa da Serra na ação judicial em questão, concedendo poderes ao Senhor Vice-Presidente para ajustar com os representantes da referida sociedade o patrocínio nesta ação. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **2.1.2 – Revogação da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 12/02/2018, que aprovou o conteúdo do Acordo de Colaboração a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Infraestruturas de Portugal, S A.**

#### **- Proposta do Senhor Presidente da Câmara**

----- Considerando que: -----

----- - Através da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 12/02/2018, foi aprovado o conteúdo de um Acordo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Infraestruturas de Portugal, S A; -----

----- Das reuniões havidas posteriormente conclui-se que a redação daquele Acordo não identificava, expressa e claramente, as responsabilidades que o Município assumiria na elaboração do projeto de execução relativo aos trabalhos de requalificação da EN344 entre o km 67+800 (Pampilhosa da Serra) e o km 75+520 (Vale Pereiras) e que constituiriam, efetivamente, a assunção de um compromisso financeiro sem que se encontrasse previamente cabimentado, de acordo com os preceitos legais. -----

----- Tenho a honra de propor à Câmara Municipal que, após apreciação, delibere revogar a deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 12/02/2018 que aprovou o Acordo de Colaboração, então submetido à sua apreciação, nos termos e ao abrigo do nº 1 do artigo 169º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade revogar a citada deliberação. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **2.1.3 - Acordo de Colaboração a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Infraestruturas de Portugal, S A - Elaboração do projeto necessário à concretização da requalificação da EN344, entre o km 67+800 e o km 75+520.**

#### **- Proposta do Senhor Presidente da Câmara**

----- Considerando as reuniões havidas com a Infraestruturas de Portugal, S A (IP) tendentes à identificação das responsabilidades da IP e do Município de Pampilhosa da Serra, na concretização da requalificação da EN344 entre o km 67+800 (Pampilhosa da Serra) e o km 75+520 (Vale de Pereiras); -----

----- Tendo em conta que para a sua efetivação o Município deverá, antes de mais, elaborar (a sua expensas) o projeto de execução relativo aos trabalhos de requalificação da EN344, entre o km 67+800 e o km 75+520, cujo valor estimado ascende a 75.000,00 €; -----

----- Considerando que foi proposto pela IP o Acordo de Colaboração a celebrar entre este Município (anexo) cujo objeto consiste na identificação das responsabilidades da IP e do Município no desenvolvimento do projeto necessário à concretização da requalificação da EN344; -----

----- Tendo em conta que a aprovação do mesmo constitui a assunção de um compromisso financeiro, que se encontra previamente cabimentado de acordo com os preceitos legais e informação da Divisão Financeira; -----

----- Atentas as disposições constantes do art. 2º, do art. 23º, nº 2, al. c), do art. 33º, nº 1, als. r) e ee) e do art. 35º, nº 1, al. b) e nº 2, al. f) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação em vigor), e que a requalificação da EN344 entre o km 67+800 (Pampilhosa da Serra) e o km 75+520 (Vale de Pereiras) reveste especial interesse para o concelho e suas populações; -----

----- Tenho a honra de propor à Câmara Municipal que, após análise, delibere aprovar o Acordo de Colaboração, anexo, que ora se submete à sua apreciação. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o referido Acordo de Colaboração. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para a sua assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **2.1.4 - Protocolo de Parceria para a Qualificação, respeitante ao Curso: Técnico/a de Informática - Sistemas.**

#### **- Proposta da Senhora Vereadora**





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Considerando que: -----

----- A aposta na qualificação dos jovens constitui uma condição fundamental para a afirmação de uma estratégia sustentável de crescimento económico e de coesão social do país; -----

----- Os Cursos de Aprendizagem visam, designadamente, reduzir o desemprego juvenil e potenciar a sua transição qualificada para a vida ativa; criar as condições para o reforço e consolidação do sistema dual português, através da racionalização e simplificação da oferta de formação, dando-lhe maior coerência e aproximando-a das necessidades reais do mercado de emprego; apostar na componente tecnológica e no aumento de competitividade das empresas, promovendo, por esta via, a criação de emprego qualificado. -----

----- Tendo também em conta que: -----

----- Os cursos de aprendizagem apresentam-se como uma modalidade privilegiada para, através de percursos formativos de dupla certificação, desenvolvidos em regime de alternância, qualificar os jovens antes da sua entrada no mercado de trabalho; -----

----- Esta aposta exige a mobilização das instituições responsáveis pela formação e educação de jovens e de adultos; -----

----- Existem, nas diversas instituições de educação e formação, espaços e equipamentos subaproveitados, quando outros não conseguem, apenas com base na sua capacidade instalada, dar resposta às solicitações; -----

----- A diversificação das ofertas formativas de nível secundário e a expansão da rede de ofertas formativas profissionalmente qualificantes determina a necessidade de uma articulação estreita, designadamente, entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a qual se deve traduzir tanto na rentabilização de recursos, como na convergência de ações; -----

----- Importará, pois, racionalizar os meios e recursos existentes para a prossecução dos objetivos estabelecidos em matéria de qualificação de jovens; -----

----- E que, -----

----- nos termos do nº 2 do art. 235º da Constituição da República Portuguesa, as Autarquias são "*peçoas coletivas dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas*"; estabelecendo o art. 2º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12/09, que "*constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no nº 2 do artigo 7º e no artigo 23º da presente Lei*", sendo referido na al. d) do nº 2 do art. 23º que os municípios dispõem (entre outras) de atribuições no domínio da educação, ensino e formação profissional; -----

----- Traduzindo-se a concretização dessas atribuições em competências, da Câmara Municipal, para "*promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção*





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

de doenças", cfr. Al. u), do nº 1 do artigo 33º do citado Regime Jurídico das Autarquias Locais, -----

----- E porque o funcionamento do Curso: Técnico/a de Informática – Sistemas, em Pampilhosa da Serra, reveste especial interesse para o Município, por apresentar uma alternativa/opção educacional que potenciará de facto, a transição qualificada dos Jovens para a Vida Ativa; -----

----- Face ao exposto, **tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra que, ao abrigo das disposições legais supra referidas após apreciação, delibere:** -----

----- **1. Formalizar a constituição de uma Parceria para a Qualificação**, entre o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, IP, o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra e o Município de Pampilhosa da Serra, no quadro do desenvolvimento do Curso: Técnico/a de Informática – Sistemas, em Pampilhosa da Serra, que teve início em 11/09/2017, ao abrigo da modalidade de Cursos Sistemas de Aprendizagem; -----

----- **2. Aprovar a minuta de Protocolo de Parceria para a Qualificação, anexa à presente informação**, elaborada de comum acordo entre as partes intervenientes. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- **1. Formalizar a constituição de uma Parceria para a Qualificação**, entre o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, IP, o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra e o Município de Pampilhosa da Serra, no quadro do desenvolvimento do Curso: Técnico/a de Informática – Sistemas, em Pampilhosa da Serra, que teve início em 11/09/2017, ao abrigo da modalidade de Cursos Sistemas de Aprendizagem; -----

----- **2. Aprovar a minuta de Protocolo de Parceria para a Qualificação, anexa à presente informação**, elaborada de comum acordo entre as partes intervenientes. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **2.1.5 – Proposta de Colaboração para realização da componente de Formação Prática em Contexto de Trabalho à Distância – Ação de Formação: Técnico/a de Informática – Sistemas – Nível 4.**

#### **- Proposta da Senhora Vereadora.**

----- Considerando que:-----

----- A ação de formação na Tipologia Sistemas de Aprendizagem - saída profissional de Técnico/a de Informática – Sistemas, que decorre desde 25 de setembro de 2017 no concelho de Pampilhosa da Serra e da qual o Município é Entidade Parceira, prevê no seu Plano Curricular a realização de 1100 horas de





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Formação Prática em Contexto de Trabalho (FPCT); -----

----- No decurso desta componente, a Equipa Pedagógica considerou relevante a intervenção de entidades que possam proporcionar aos formandos, integrados naquela ação de formação, uma experiência inovadora em Contexto de Trabalho à Distância, permitindo-lhes adquirir competências para trabalharem em empresas nacionais ou internacionais, integrando o seu posto de trabalho, sem necessidade de sair do concelho de residência;-----

----- O IEFP, através do Serviço de Emprego e Formação Profissional de Arganil, solicitou a colaboração deste Município para desempenhar o papel de Entidade de Apoio de Alternância e para que os formandos, integrados naquela ação de formação, possam realizar a componente de FPCT, em contexto de trabalho à distância;-----

----- Para a concretização deste desígnio o IEFP solicitou, outrossim, que o Município de Pampilhosa da Serra disponibilize um espaço equipado com acesso à internet e equipamentos para cada formando, bem como um Tutor que orientará e supervisionará o desempenho dos formandos, em colaboração com as Entidades recetoras;-----

----- Assim, tendo em conta que: -----

----- A aposta na qualificação dos jovens constitui uma condição fundamental para a afirmação de uma estratégia sustentável de crescimento económico e de coesão social do país;-----

----- Os Cursos de Aprendizagem visam, designadamente, reduzir o desemprego juvenil e potenciar a sua transição qualificada para a vida ativa; criar as condições para o reforço e consolidação do sistema dual português, através da racionalização e simplificação da oferta de formação, dando-lhe maior coerência e aproximando-a das necessidades reais do mercado de emprego; apostar na componente tecnológica e no aumento de competitividade das empresas, promovendo, por esta via, a criação de emprego qualificado. -----

----- Os cursos de aprendizagem apresentam-se como uma modalidade privilegiada para, através de percursos formativos de dupla certificação, desenvolvidos em regime de alternância, qualificar os jovens antes da sua entrada no mercado de trabalho;-----

----- Esta aposta exige a mobilização e colaboração das instituições, com responsabilidades na formação e educação de jovens e adultos, e das entidades (públicas ou privadas) que com elas pretendam colaborar;-----

----- Num concelho do interior do país, como o nosso, dever-se-á criar condições para permitir a possibilidade de trabalhar à distância para uma empresa não sedeadada no concelho e que possa estar localizada em qualquer parte do país, por forma a facilitar a fixação de população no concelho; julgando-se necessário, para tal e no imediato, dotar os formandos, daquele curso, de competências profissionais que lhes permitam corresponder a tal desafio;-----

----- E que, -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do nº 2 do art. 235º da Constituição da República Portuguesa, as Autarquias são "*peças coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas*"; estabelecendo o art. 2º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, que "*constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no nº 2 do artigo 7º e no artigo 23º da presente Lei*", sendo referido na al. d) do nº 2 do art. 23º que os municípios dispõem (entre outras) de atribuições no domínio da educação, ensino e formação profissional;-----

----- Traduzindo-se a concretização dessas atribuições em competências, da Câmara Municipal, para "*promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças*", cfr. al. u), do nº 1 do artigo 33º do citado Regime Jurídico das Autarquias Locais, -----

----- Face ao exposto, **tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra que**, ao abrigo das disposições legais supra referidas **após apreciação, delibere:**-----

----- **1. Anuir no pedido de colaboração remetido ao Município, pelo IEPD, IP – Serviço de Emprego e Formação Profissional de Arganil**, para realização da componente de Formação Prática em Contexto de Trabalho à Distância, no âmbito da ação de formação: Técnico/a de Informática – Sistemas – Nível 4, que decorre desde 25/09/2017 no concelho de Pampilhosa da Serra;-----

----- **2. Disponibilizar um espaço equipado com acesso à internet e equipamentos para cada formando, bem como um Tutor** que orientará e supervisionará o desempenho dos formandos, em colaboração com as Entidades recetoras.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- **1. Anuir no pedido de colaboração remetido ao Município, pelo IEPD, IP – Serviço de Emprego e Formação Profissional de Arganil**, para realização da componente de Formação Prática em Contexto de Trabalho à Distância, no âmbito da ação de formação: Técnico/a de Informática – Sistemas – Nível 4, que decorre desde 25/09/2017 no concelho de Pampilhosa da Serra;-----

----- **2. Disponibilizar um espaço equipado com acesso à internet e equipamentos para cada formando, bem como um Tutor** que orientará e supervisionará o desempenho dos formandos, em colaboração com as Entidades recetoras.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### **3 – DIVISÃO FINANCEIRA**

#### **3.1 – SECÇÃO FINANCEIRA**

##### **3.1.1 – Resumo Diário de Tesouraria**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 08 de março de 2018, que apresenta os seguintes valores/total de disponibilidades: -----  
----- De operações orçamentais: 1.556.625,33 € (um milhão quinhentos e cinquenta e seis mil seiscientos e vinte e cinco euros e trinta e três cêntimos); -----  
----- De operações não orçamentais: 193.258,09 € (cento e noventa e três duzentos e cinquenta e oito euros e nove cêntimos), num total de 1.759.959,91 € (um milhão setecentos e cinquenta e nove mil novecentos e cinquenta e nove euros e noventa e um cêntimos). -----  
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

### **4 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA**

#### **4.1 – TAXAS E LICENÇAS**

##### **4.1.1. – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra – Pedido de isenção do pagamento de taxas para a emissão de licenciamento ou autorização de atividades desportivas e de divertimentos na Via Pública.**

----- Foi presente um requerimento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, a solicitar a isenção do pagamento de taxas para a emissão de licenciamento ou autorização de atividades desportivas e de divertimentos na Via Pública, para a realização do "2º Passeio TT Ricardo Reis" no dia 25 de março do corrente ano. -----  
----- Foi presente uma Informação dos Serviços de Taxas e Licenças sobre o pedido formulado, tendo por base o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, e na qual discrimina os valores das taxas a Isentar: -----  
----- - Apreciação do Pedido – 36,03 €; -----  
----- - Emissão de Licença – 11,28 €; -----  
----- - Total – 47,31 €. -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

#### **4.2 – RECURSOS HUMANOS**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### 4.2.1 – Abono para falhas – Leitores – Cobradores de consumos

----- Foi presente uma informação da Divisão Administrativa – Recursos Humanos, do seguinte teor: -----

----- "De acordo com o disposto no nº 1 do artº 5 do Dec. Lei nº 4/89, de 6 de janeiro, com a redação dada pelo Dec. Lei nº 276/98, de 11 de setembro e pelas posteriores alterações, o abono para falhas é reversível diariamente a favor dos trabalhadores que a ele tenham direito e distribuído na proporção do tempo de serviço prestado no exercício das funções, sendo que nos termos do nº 2 do mesmo artigo, o seu valor diário é calculado de acordo com a seguinte fórmula: -----

-----  $(\text{Abono para Falhas} \times 12) / (n \times 52)$ , em que "Abono para Falhas" ascende a 86,29 €, nos termos da Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro, e "n" é igual ao número de dias de trabalho por semana. -----

----- Efetivamente, embora se trate de um suplemento remuneratório processado mensalmente, tal como de resto acontece com a remuneração base, isso não significa, necessariamente, que o seu montante se reporte ao mês.-----

----- Constituindo o abono para falhas um suplemento remuneratório que visa cobrir riscos que o exercício das funções de manuseamento ou guarda de valores, numerários, títulos ou documentos, envolve, a sua perceção terá de reportar-se aos dias em que o trabalhador está efetivamente a desempenhá-las.-----

----- Deste modo, tendo em atenção as funções de leitores e cobradores de água, e consequentemente o manuseamento de dinheiros, exercidas pelos Assistentes Operacionais: Paulo Alexandre Ramos Gonçalves; Paulo Jorge Antunes Marques e José Mendes Alves, deduz-se que os mesmos tenham direito a auferir abono para falhas, nos termos da Lei.-----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### 4.3 – SERVIÇOS JURÍDICOS

#### 4.3.1 – Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo – Incumprimento – Trabalhos de reparação / correção de anomalias orçamentadas - Acionar caução.

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- " Na sequência do Orçamento base, bem como o fornecimento de gasóleo de aquecimento para caldeira, cujo montante do orçamento em questão é de 4.683.14 € com IVA incluído, tendo o mesmo sido aprovado por deliberação tomada em





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

reunião ordinária, pela Câmara Municipal, realizada em 27-12-2017, e atendendo a que o mesmo ainda não tinha sido apresentado à ex-cessionária do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, pela Câmara Municipal, foi deliberado o prazo adicional de 30 dias úteis, para a ex-cessionária proceder aos trabalhos de reparação, correção de anomalias constantes dos bens orçamentados, bem como o fornecimento de gásóleo de aquecimento de caldeira. -----

----- Assim, foi a ex-cessionária notificada, por nossa refª nº 83 de 09-01-2018, para cumprimento da deliberação citada no parágrafo anterior e em anexo remeteu-se o orçamento base. -----

----- Em 12-02-2018, sob o registo nº 2351, deu entrada nos Serviços desta Autarquia, um ofício subscrito pela ex-cessionária, no qual, resumidamente, refere: -

----- " Que não foram anotadas no auto de entrega reparações ou correções derivadas de uma prudente inutilização a que tivesse ficado obrigada a reparar ou corrigir. Menciona ainda que não pode ser objeto de deliberação da Câmara Municipal quais os bens móveis a imputar para efeitos de orçamento e elaboração do mesmo. -----

----- Tal questão só poderia ser objeto de vistoria e entrega nos termos legais. Rejeita-se, portanto, em montante de 4.614,00 € (montante errado), são 4.683,14 € que poderia ter sido objeto de avaliação aquando da entrega do estabelecimento como é sabido, as decisões da administração são fundamentadas nos termos legais e constitucionais, sob pena de nulidade que, no caso, será decretada pelos Tribunais. -----

----- Não existe obrigação contratual de atestar o reservatório de caldeira de aquecimento. Com efeito, não é indicada a violação da cláusula contratual relativa à caldeira de aquecimento. -----

----- A ex-cessionária refere os pontos dos autos de vistoria e entrega de estabelecimento correspondentes aos bens dos Anexos I e II do Contrato em questão, aceitando algumas reparações/correções e outros em que não aceita (...) -----

----- Tendo em conta que decorrido o prazo adicional de 30 dias úteis, cujo término foi em 26-02-2018, a ex-cessionária mantém o incumprimento da notificação de 09-01-2018, com a refª nº 83, e não procedeu aos trabalhos de reparação / correção de anomalias constantes do Orçamento base, nem atestou o reservatório da caldeira de aquecimento; -----

----- Considerando que a ex-cessionária prestou caução pelo valor de 6.000,00 €, para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato em questão, cfr. o nº 1 da cláusula 9ª do Contrato em questão. -----

----- Atento o disposto no nº 2 da cláusula 9ª "A caução foi prestada por depósito em dinheiro na Tesouraria da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, conforme documento anexo ao Contrato, anexo V". -----

----- Dispõe ainda, o nº 3 da cláusula 9ª do Contrato em questão, "O primeiro contraente reserva-se o direito de acionar a caução se verificar o incumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais assumidas pela segunda contraente." -----

----- Conforme o disposto no nº 1, da cláusula 10ª (Execução da Caução) "A Caução foi prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações, pode ser executada pelo primeiro contraente (Município), sem necessidade de prévia decisão





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

*judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pela segunda contraente das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no Contrato ou na Lei.” -----*

*----- Considerando também, que a ex-cessionária tem um débito de energia elétrica ao Município pelo montante de 20.667.79 € e que o Município se substituiu à ex-cessionária no pagamento da energia elétrica daquele período, cujo processo decorre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com o nº 310/17.8 BECBBR.---*

*----- Tendo em conta o incumprimento da ex-cessionária, por não ter procedido aos trabalhos de reparação / correção anomalias constantes dos bens orçamentados, bem como o fornecimento de gásóleo de aquecimento de caldeira cujo total são 4.683.14 € com IVA incluído; -----*

*----- Considerando o valor da caução de 6.000,00 €; -----*

*----- Considerando que o restante montante da caução pelo valor de 1.316.86 € será peticionado ao processo mencionado anteriormente, pelo Senhor Consultor Jurídico do Município de Pampilhosa da Serra. -----*

*----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, acionar a caução prestada pela ex-cessionária, pelo montante de 6.000,00 € para proceder aos trabalhos de reparação / correção anomalias constantes dos bens orçamentados, bem como o fornecimento de gásóleo de aquecimento de caldeira, pelo valor de 4.683.14 € com IVA incluído. -----*

*----- Mais deliberou, que o restante montante, pelo valor de 1.316.86 € será peticionado ao processo que decorre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com o nº 310/17.8 BECBBR, pelo Senhor Consultor Jurídico do Município de Pampilhosa da Serra. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---*

### **5 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

#### **5.1 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

##### **5.1.1 – Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento – Proposta de Colaboração Ano 2018.**

*----- Foi presente um ofício da Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento, a propor a minuta do Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro, cujo objeto visa definir os princípios pelos quais a Pinhais do Zêzere cooperará com o Município de Pampilhosa da Serra e este lhe prestará o apoio financeiro à execução das atividades consideradas de relevo, para a prossecução dos interesses da população do Concelho. -----*





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e após análise, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade aprovar a minuta do Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro, e transferir para a Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento, o valor de 320.000,00 €. --

----- A Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé não participou na votação por impedimento legal. -----

----- Mais foi deliberado conceder poderes ao Senhor Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### 6 – DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

#### 6.1 – OBRAS PÚBLICAS

##### **6.1.1 - Reparação da Estrada Municipal EM1\_Vale Pereiras – Cruz. EN344 e Machio de Baixo – Cruz. EN344**

**- Concurso 202017**

**- Minuta do Contrato**

**ADJUDICATÁRIO: Diamantino Jorge & Filhos, S.A.**

----- Foi presente uma Informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- " Tendo em consideração o concurso por ajuste direto em epígrafe, iniciado ao abrigo do CCP republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho, conjugado com o disposto no nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro, verifica-se que o adjudicatário procedeu à entrega dos documentos de habilitação em 27/02/2018, através da mensagem com a refª PT1.MSG.810073, inserida na plataforma eletrónica de contratação pública – VortalGov – no dia 27/02/2018. -----

----- De igual modo procedeu à apresentação da garantia bancária nº GAR/18300332 emitida em 26/02/2018 pelo Banco BPI, S.A, no montante de 28.937,06 €, correspondente a 10% do valor total da adjudicação. -----

----- Assim e no cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e atentas as subseqüentes alterações, propõe-se a V.Exª a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----

----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto no citado Código dos Contratos Públicos, respeitando o disposto no seu artigo 96º. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **6.1.2 – Reparação da Estrada Municipal EM10\_Alto do Soeirinho – EN112**

**- Concurso 292017**

**- Minuta do Contrato**

**ADJUDICATÁRIO: A M Cacho & Brás, Lda**

----- Foi presente uma Informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- " Tendo em consideração o concurso por ajuste direto em epígrafe, iniciado ao abrigo do CCP republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho, conjugado com o disposto no nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro, verifica-se que o adjudicatário procedeu à entrega dos documentos de habilitação em 28/02/2018, através da mensagem com a refª PT1.MSG.8807092, inserida na plataforma eletrónica de contratação pública – VortalGov – no dia 28/02/2018. -----

----- De igual modo procedeu à apresentação da garantia bancária nº 962300488024595 emitida em 27/02/2018 pelo Banco Santander Totta, S.A, , no montante de 7.375,30 €, correspondente a 5% do valor total da adjudicação. -----

----- Assim e no cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e atentas as subsequentes alterações, propõe-se a V.Exª a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----

----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto no citado Código dos Contratos Públicos, respeitando o disposto no seu artigo 96º. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### **6.1.3 – Reparação da Estrada Municipal EM6\_Ramalheira – Pessegueiro**

**- Concurso 252017**

**- Minuta do Contrato**

**ADJUDICATÁRIO: Diamantino Jorge & Filhos, S.A**

----- Foi presente uma Informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- " Tendo em consideração o concurso por ajuste direto em epígrafe, iniciado ao





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

*abrigo do CCP republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho, conjugado com o disposto no nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro, verifica-se que o adjudicatário procedeu à entrega dos documentos de habilitação em 27/02/2018, através da mensagem com a refª PT1.MSG.810080, inserida na plataforma eletrónica de contratação pública – VortalGov – no dia 27/02/2018. -----*

*----- De igual modo procedeu à apresentação da garantia bancária nº GAR/18300331 emitida em 26/02/2018 pelo Banco BPI, S.A, no montante de 25.474,39 €, correspondente a 10% do valor total da adjudicação. -----*

*----- Assim e no cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e atentas as subseqüentes alterações, propõe-se a V.Exª a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----*

*----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto no citado Código dos Contratos Públicos, respeitando o disposto no seu artigo 96º. -----*

*----- À consideração superior.” -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---*

### **6.1.4 – Reparação da Estrada Municipal EM9\_Pessegueiro Cimeiro – Casal da Silva – Sobral Bendito – EN112**

**- Concurso 282017**

**- Minuta do Contrato**

**ADJUDICATÁRIO: Calado & Duarte, Lda**

*----- Foi presente uma Informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----*

*----- " Tendo em consideração o concurso por ajuste direto em epígrafe, iniciado ao abrigo do CCP republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho, conjugado com o disposto no nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro, verifica-se que o adjudicatário procedeu à entrega dos documentos de habilitação em 05/03/2018, através da mensagem com a refª PT1.MSG.815008, inserida na plataforma eletrónica de contratação pública – VortalGov – no dia 05/03/2018. -----*

*----- De igual modo procedeu à apresentação da garantia bancária nº N00406793 emitida em 01/03/2018 pelo Novo Banco, S.A, no montante de 23.858,90 €, correspondente a 10% do valor total da adjudicação. -----*

*----- Assim e no cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e atentas as subseqüentes alterações, propõe-se a V.Exª a minuta do contrato a*





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

*assinar com a empresa adjudicatária. -----*

*----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto no citado Código dos Contratos Públicos, respeitando o disposto no seu artigo 96º. -----*

*----- À consideração superior." -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---*

### **6.1.5 – Reparação da Estrada Municipal EM12\_EN112 – Malhaas da Serra – Pessegueiro**

**- Concurso 312017**

**- Minuta do Contrato**

**ADJUDICATÁRIO: Isidoro Correia da Silva, Lda**

*----- Foi presente uma Informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----*

*----- "Tendo em consideração o concurso por ajuste direto em epígrafe, iniciado ao abrigo do CCP republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho, conjugado com o disposto no nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 135-A/2017 de 02 de novembro, verifica-se que o adjudicatário procedeu à entrega dos documentos de habilitação em 08/03/2018, através da mensagem com a refª PT1.MSG.818566, inserida na plataforma eletrónica de contratação pública – VortalGov – no dia 08/03/2018. -----*

*----- De igual modo procedeu à apresentação da garantia bancária nº 65/2018-P emitida em 01/03/2018 pelo Banco BIC Português, S.A, no montante de 13.393,67 €, correspondente a 5% do valor total da adjudicação. -----*

*----- Assim e no cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e atentas as subsequentes alterações, propõe-se a V.Exª a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----*

*----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto no citado Código dos Contratos Públicos, respeitando o disposto no seu artigo 96º. -----*

*----- À consideração superior." -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---*

### **6.2 – OBRAS PARTICULARES**





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### 6.2.1 – Pedido de Isenção de taxas

- **Instalação municipal de infraestruturas de suporte de estação de radiocomunicações e respetivos acessórios em Castanheira da Serra SC – Ref.: PPS 55680**
- **Processo nº 2018/450.10.209/1**
- **Requerente: Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A.**
- **NIF: 502 544 180**

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Administrativos Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- " A Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A., com o contribuinte nº 502 544 180, com sede na Av. D. João II, Lote 1.04.01, Parque das Nações, 1998-017 Lisboa, apresentou nos serviços do Município em 29 de outubro de 2015, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 da cláusula 3ª do Protocolo de parceria estabelecido entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A., para instrução de um pedido de isenção total de taxas, os documentos previstos nas alíneas a) e b) do nº 2 do art.º 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, por força da alínea f) do nº 1 do art.º 8º do referido regulamento, referente à autorização Municipal para colocação de equipamento Small Cells / Femtocells, em Castanheira da Serra, para reforço dos níveis de cobertura de rede. -----

----- Ora de acordo com o que dispõem a alínea f) do nº 1, do art.º 8º do RGTM "As demais pessoas singulares ou coletivas quando esteja em causa a prática de atos ou factos que propiciem, comprovadamente, a criação de emprego, o desenvolvimento económico, cultural e social do concelho ou a concretização de ações de manifesto interesse público municipal!, podem beneficiar da isenção total ou parcial do pagamento das taxas municipais. -----

----- Pelo exposto e face ao âmbito do protocolo celebrado em 10/04/2015, considera-se que a Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A., se encontra abrangida pelos condicionalismos previstos no articulado do respetivo Regulamento, pode beneficiar de isenção total, desde que seja essa a vontade do Município. -----

----- Assim, propõe-se que seja deliberado quanto ao tipo de isenção a conceder. --

----- Entende-se referir que as taxas abrangidas e o respetivo valor, são os que abaixo se descriminam: -----

----- - Pelo pedido – Obras de edificação: 68,51 €; -----

----- - Pelo deferimento – Informações escritas em matéria conexa com as atividades de urbanização e edificação: 22,47 €; -----

----- - Total das Taxas: 90.98 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### 7 – DIVISÃO SÓCIO CULTURAL E EDUCATIVA

#### 7.1 – DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

##### 7.1.1 – Proposta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para Implementação do Projeto Gira-Vólei no Concelho de Pampilhosa da Serra.

----- Foi presente uma Informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- "Pela Federação Portuguesa de Voleibol foi proposto estabelecer uma parceria com o Município de Pampilhosa da Serra, no sentido de implementar o Projeto Gira-Vólei, no concelho de Pampilhosa da Serra.-----

----- Assim, atendendo a que:-----

----- - O Gira-Vólei é um jogo de iniciação à modalidade, destinada a jovens com idades compreendidas entre os 8 e 15 anos, que, através do jogo simplificado (2x2) e da utilização do passe, faz do Gira-Vólei um jogo fácil, divertido e competitivo;-----

----- - Enquanto jogo condicionado, no número e nas dimensões, promove um maior número de contactos com a bola, criando condições para a criança aplicar as suas habilidades técnicas, na medida em que o facto de serem dois jogadores obriga a uma maior atenção e a uma intervenção mais ativa, melhorando a dinâmica de jogo e as relações de cooperação, incentivando a adoção de uma atitude dinâmica e participativa;-----

----- - O passe possui argumentos técnicos singulares potenciadores da aprendizagem dos fundamentos de jogo, constituindo também a técnica que mais facilita o contacto com a bola;-----

----- - O Gira-Vólei tem como grande objetivo levar o voleibol a todos os cantos do país, mesmo em zonas em que a modalidade não tem representatividade, permitindo desta forma que todos os jovens vivenciem a modalidade, suscitando o interesse pela mesma;-----

----- - O Gira-Vólei pretende, igualmente, fomentar as relações pessoais dos jovens entre si, com os outros centros Gira-Vólei, com treinadores e com árbitros, permitindo também a participação em provas organizadas pela Federação Portuguesa de Voleibol.-----

----- Considerando ainda que: -----

----- - A prática da atividade física e desportiva é um direito constitucional expresso no art.º 79.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) e a sua concretização exige a conjugação de esforços entre o Governo, as Autarquias Locais, as Escolas e as Coletividades, Federações, Associações e Clubes Desportivos, atento o seu relevante papel na materialização deste desígnio; -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- - A promoção desportiva e o apoio ao desporto, consubstanciada na criação de condições de prática desportiva é uma das atribuições das Autarquias Locais, na promoção e salvaguarda dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas;-----

----- - As Autarquias desempenham, pois, um papel fundamental no desenvolvimento desportivo e no incremento da prática desportiva e que para a prossecução dos seus objetivos, necessitam de congregar esforços com várias entidades, públicas e privadas, no sentido de atingir plenamente e de forma conjugada tais objetivos;-----

----- - O Município de Pampilhosa da Serra tem considerado que a prática de atividades desportivas constitui um importante fator para o desenvolvimento das condições de saúde e bem-estar dos pampilhosenses, quer em termos de condição física, quer no campo social, por fomentarem o espírito gregário da população e a livre participação dos seus membros;-----

----- - Nos termos do art.º 2.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro "constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do art.º 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º da presente Lei", sendo referido na alínea f), g) e m) do n.º 2 do artigo 23.º que os municípios dispõem (entre outras) de atribuições nos domínios dos tempos livres e desporto [f], saúde [g] e promoção do desenvolvimento [m]; -----

----- - Estabelecendo a al. u), do n.º 1 do art.º 33.º do citado Regime Jurídico das Autarquias Locais que compete à Câmara Municipal "... apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças";-----

----- - De acordo com o disposto na al. o), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais compete também à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista "... à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos";-----

----- - Todo o propugnado na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro, reforça e dá cumprimento aos princípios fundamentais tutelados pela Constituição da República Portuguesa, em particular, o princípio do «Desporto para Todos», que o Município de Pampilhosa da Serra e a Federação Portuguesa de Voleibol visam concretizar. -----

----- Assim, -----  
----- Face ao exposto, propõe-se à Câmara Municipal que, ao abrigo das disposições legais supramencionadas e após apreciação, delibere:-----

----- 1. Formalizar a constituição de uma parceria, entre a Federação Portuguesa de Voleibol e o Município de Pampilhosa da Serra, para implementação do Projeto Gira-Vólei no concelho de Pampilhosa da Serra;-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- 2. Aprovar a minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, anexa à presente informação, que estabelece os termos da referida parceria." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- 1. Formalizar a constituição de uma parceria, entre a Federação Portuguesa de Voleibol e o Município de Pampilhosa da Serra, para implementação do Projeto Gira-Vólei no concelho de Pampilhosa da Serra;-----



----- 2. Aprovar a minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que estabelece os termos da referida parceria. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

### ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, e por mim Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a redigi e subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_